

quérito • inquérito • inquérito • inquéri

ção burocrática e como tal se manteve, estimulado pelo próprio Estado. Era difícil, sem uma modificação profunda e uma renovação de ideias, torná-lo de seguida um factor libertário e de formação democrática; continuou como mecanismo negocial e não acede às capacidades de transformação, de gestão ou de pressão sobre o sistema de produção.

O que, afinal, terá mudado? Alguma coisa mesmo assim estimável, mas não em termos muito concretos de ordem social ou democrática. O que mudou pôs em evidência a importância do que está por mudar ou o que está ainda limitado.

Depois da rigidez monástica do salazarismo que nos impusera todas as limitações, a sugestão imediata de uma sociedade consumista pôs-nos perante outras evidências, porque os problemas do homem e da sociedade têm maior extensão, porque é também a forma de estar no mundo e a sua fruição, é o indispensável equilíbrio entre as instituições e o processo produtivo, a defesa ecológica. São todos estes grandes problemas que, para serem resolvidos, carecem da maior expressão das pessoas nas suas instituições, que põem limites ao tradicional exercício político com chefes carismáticos.

Quando o 25 de Abril parece frustrado no juízo de muita gente, é útil destacar a outra sua evidência depois de ter desmontado o sofisma salazarista da esmola, da modéstia por miséria ou da dependência do subsídio da caridade oficial, que parece estar a querer-se ressuscitar, estarem a nascer outras iniciativas culturais e de movimentação de consciência e de intervenção pela paz, como uma renovação municipalista como forma de democracia directa. Perspectiva-se uma movimentação para terminar a limitação aos partidos da administração municipal e aberta às populações.

Abriu-se o caminho, agora vamos ampliá-lo.



FAUSTO: SISTEMAS PROFUNDAMENTE ESTRANHOS AO QUADRO CULTURAL PORTUGUÊS

Por tudo aquilo que já muitos disseram sobre o fascismo, por tudo aquilo que muitos souberam tão bem recordar e interpretar sobre os acontecimentos do 25 de Abril, preferi optar, neste depoimento, por discorrer sobre algumas inquietações pessoais que me deixaram, no presente, os dez anos que decorreram após aquela data histórica.

Determinou o 25 de Abril modificações profundas na sociedade portuguesa nos campos económico, social e político — afirma-se. Não seria eu a pôr

em causa tal afirmação mas, no entanto, partindo do princípio de que a natureza das relações de produção não se alteraram, não foram as referidas modificações tão profundas quanto poderiam deixar entender tais palavras, ou ainda, como seria de desejar.

Legou-nos assim o 25 de Abril, como herança fundamental, um regime de democracia parlamentar (embora a todos os títulos mais vantajosa do que o regime fascista, surgindo ela própria como um bem inalienável que devemos preservar) que, administrando perigosamente uma sociedade em crise económica, social, cultural e política, transformou a sua bela face, por um estranho e prodigioso processo de mutação, na democracia dos salários em atraso, da fome e do desemprego, da aculturação despersonalizante e do cheque em branco na gestão dos assuntos públicos.

Resulta, este estilo de democracia, de um autêntico jogo de práticas malabaristas imbuídas de um ritual de gestos e intenções ilusórias quando propõe o voto em algo que deveria ser claro e inequívoco. A possibilidade de escolha e de decisão começa por se dirigir a um “programa de partido”, sendo desviado nas vésperas do acto eleitoral para um “programa eleitoral”, confrontando-se o cidadão, no final do processo, com um frio e imutável “programa de governo”. É, deste modo, pela sua própria natureza e pela forma como propõe a dinâmica dos diferentes centros de poder, limitativa no conjunto das opções que coloca ao dispor da sociedade. É ainda condicionada no tempo quando oferece a possibilidade de formulação de um juízo dos eleitores de quatro em quatro ou de cinco em cinco anos e condicionante no que respeita à plena justificação de todos nós.

Não se poderá inferir daqui a inutilidade deste regime mas sim, e tão só, a necessidade do seu desenvolvimento integral, do seu aperfeiçoamento e da estruturação em moldes diferentes da própria estrutura do poder.

Será então pacífica a ideia que procura constatar o desinteresse pelas questões de ordem política por parte das camadas mais jovens ou daqueles que não viveram o 25 de Abril ou, ainda, a luta contra o fascismo, receando, tal ideia, os perigos que possam advir pelo desconhecimento dos valores e objectivos que presidiram a essa mesma luta?

Acontece que algo de novo surgiu na sociedade portuguesa na sequência duma prática democrática apesar, como já se disse, de limitada nas opções e condicionada no tempo. Esse novo elemento não é mais do que outra das conquistas do próprio 25 de Abril e que se traduziu no desenvolvimento de pessoas mais livres na forma de pensar, mais autónomas nas decisões e mais exigentes no direito à participação no que toca à administração da “coisa pública”. Acontece apenas que a organização, o modo de funcionamento e a articulação dos diferentes

quérito • inquérito • inquérito • inquéri

poderes existentes na sociedade se encontram já profundamente desadaptados em relação a esta realidade. E acontece apenas que são os mais jovens os portadores naturais desta nova mentalidade.

É natural que, ao fecharem-se-lhe as portas de acesso a esses centros de decisão, nasça o desinteresse, aumente a repulsa por aquilo que lhe está vedado, estale o maldizer sobre assuntos que constituem privilégio de saber de uma elite e se afirme o desprezo sobre coisas que não lhe dizem respeito porque lhe são negadas.

É para mim líquida a questão de que o desinteresse “pela política” por um cada vez maior número de cidadãos (sobretudo os mais jovens) é resultado dessa ausência de participação ao nível dos poderes organizados, vocacionados e entregues totalmente à prática exclusiva e à defesa desenfreada da carreira profissional de uma minoritária classe política.

Como poderão os mais jovens compreender de uma forma clara as razões que determinaram o 25 de Abril se lhes é negado, a seguir, o estatuto de cidadãos de pleno direito? Como poderão aceitar, sendo cada vez mais autónomos ao nível do pensamento e da acção social, as decisões engendradas numa qualquer comissão nacional ou “bureau” político, divorciados da possibilidade da sua participação nas decisões tomadas?

Constitui este facto, sem dúvida, um perigo real de resultados imponderáveis, como também constitui, de igual modo, outro perigo a fixação doentia das nossas atenções numa data que assume cada vez mais as características de uma efeméride, pela criação de um clima nostálgico, que resulta mais na procura da repetição ou do revivalismo de situações passadas do que na invenção e projecção de novos e futuros acontecimentos que venham a desenhar uma sociedade diferente da actual (e de todas as outras), mais participativa e feliz. É neste sentido que as posições progressistas de outrora (e de muitos) se transformaram em atitudes profundamente conservadoras no presente.

Sem dúvida que a história se visiona no futuro pela compreensão do passado, mas nunca nas tentativas um tanto ou quanto caricatas de o repetir. E se é verdade que as referidas atitudes conservadoras se consubstanciam, de facto, numa visão passadista e nostálgica dos acontecimentos e do que se desejaria conquistar, não é menos verdade que nos conduzimos sistematicamente a uma tentativa de compreender os erros praticados, repetindo e sobrealimentando até à exaustão os elementos de ordem política, económica e social, esquecendo sempre as razões de natureza cultural.

Se pensarmos que o próprio imaginário da revolução, cujo modelo se procurou divulgar nos anos 1974-75, estava preenchido por sistemas de representações e de ideias, de opiniões e de crenças pro-

fundamente estranhos ao quadro cultural português, poderemos imaginar o grau de dificuldade que a maior parte dos portugueses (aqui apenas apontados como exemplo) terão sentido na identificação com essas referências culturais e ideológicas profundamente estranhas à maneira de ser e de estar da comunidade onde se inseriam.

Poderemos pensar ainda que sempre que havia necessidade de ilustrar os novos modelos de sociedade alternativa apresentados ao povo português se tornava inevitável a referência à realidade de outros países, de outras culturas, motivando o desinteresse — até mesmo pela impossibilidade de observação directa das conquistas propaladas — e evitando a possibilidade de uma adesão mais alargada e massiva ao projecto proposto.

Não nego as particularidades do processo revolucionário português vividas naqueles anos, bem pelo contrário; nós é que talvez não tenhamos sabido preservar e desenvolver a personalidade própria que desde o início havia despontado nos primeiros passos da revolução.



JOÃO MARTINS PEREIRA: O MAIS IRREVERSÍVEL E FUNDAMENTAL DOS «ACTOS LIBERTADORES» FOI A DESCOLONIZAÇÃO

O 25 de Abril trouxe mudanças fundamentais à sociedade portuguesa, algumas mesmo irreversíveis, acelerou mudanças importantes que estavam “inscritas no tempo” e de qualquer modo (embora mais lentamente) se processariam, e trouxe algumas — infelizmente também importantes — falsas mudanças.

O mais irreversível e fundamental dos “actos libertadores” do 25 de Abril foi indiscutivelmente a descolonização: não é demais recordar que a relação entre “o senhor e o escravo” é tal que não se pode libertar um sem se libertar o outro em simultâneo. Muitos se queixam hoje de, uma vez confinados ao rectângulo europeu, termos de reencontrar ou redescobrir uma nebulosa identidade racional. São aqueles para quem, conscientemente ou não, essa identidade coincidia a tal ponto com a nossa (?) suposta “vocalização imperial e civilizadora” que, sem mais onde a “cumprir”, a “nação” fica (ficou) à deriva. Eu diria que é o contrário o que sucede: essa forma de identidade era-nos, como tudo, imposta por aqueles que das colónias tiravam proveito e poder. Hoje, justamente, estamos livres dessa falsa identidade, livres para o que quisermos fazer deste país (que é uma nação, não o nego), livres para o libertar em definitivo — um dia. Eis al-

nquerito • inquerito • inquerito • inquê

go de fundamental que trouxe o 25 de Abril, incómodo para muitos, porque irreversível.

Isso, mais do que qualquer outro facto, contribui para que nos dêsemos enfim conta de que a sociedade portuguesa, como outra qualquer, longe de ser uma "vontade colectiva" ou "nacional", é um teatro de conflitos e contradições, com uma dinâmica própria, onde se defrontam classes e grupos sociais, interesses e "projectos" distintos, muitos deles simplesmente inconciliáveis. Os anos de 1974-75 foram o grande revelador desta consciência social irremediavelmente dividida, por oposição à ficção "união de todos os portugueses" com que antes nos mascaravam uma dada relação de forças. A democracia de hoje já não se pode permitir máscara tão grosseira: usa o ténue véu do "consenso", o que só por si pressupõe a existência de "partes", de relações sociais conflituais.

Chegamos por esta via à famosa democratização. E também aqui, julgo que o fundamental não são propriamente os seus aspectos institucionais — podiam ser estes ou outros — mas sobretudo os que decorrem precisamente da fraqueza do "tecido institucional" e, por isso mesmo, dão força ao "tecido social": não são apenas os sindicatos (eles também instituições fortemente rubricadas no jogo político), mas as múltiplas formas de associativismo, de cooperativismo, de iniciativas locais e de lutas por interesses colectivos, que mantêm uma dinâmica tantas vezes próxima do subversivo. São exemplos disto, em campos diversos, casos como o de Vizela, por um lado, e o dos salários em atraso ("anarquismo patronal"), por outro — ambos só possíveis com o poder fraco que é, ainda hoje, o de uma pequena/média burguesia atarantada e incapaz de uma "estratégia" que ultrapasse a próxima semana.

Tudo isto tem raízes no período pós-25 de Abril, e em particular na decapitação dos grupos económicos e do poder agrário do sul. É um facto, hoje incontroverso (se alguma vez o não foi), que o poder económico não passou para as mãos dos trabalhadores. Mas talvez já o seja um pouco mais que, por enquanto, não passou para ninguém, e nem é o poder político mas o FMI quem mais se tem batido para que passe para alguém. Só num regime do tipo dos que conhece a Europa de Leste é possível uma burocracia formada por gestores — quadros partidários — constituir-se em poder político estável, chamando a si as funções de uma "classe dominante": isso não é compatível com um sistema parlamentar pluralista, que impõe uma rotação periódica das clientelas e conduz ao total descontrolo político e, sobretudo, económico. O crescimento das economias paralelas é um dos resultados a que diariamente assistimos e que, a seu modo, desempenha uma função de estabilizador económico e social. A sociedade portuguesa não é uma sociedade morta, nem sequer adormecida, expectante ou desespera-

da: só que a sua dinâmica tem hoje pontos de aplicação menos directamente políticos, numa situação de "crise" que, em contrapartida, constitui a única verdadeira força que resta ao poder político.

E, neste ponto, encontramos algo que, com ou sem 25 de Abril, teríamos de defrontar: a crise económica. O capitalismo português, com ou sem grupos económicos, não teria, em qualquer caso, condições para evitar os profundos desequilíbrios económicos decorrentes da sua inserção num sistema mundial em acentuada crise. As grandes empresas hoje públicas, que ainda padecem de investimentos "tresloucados" feitos pelos seus antigos patrões privados (Setenave, Petroquímica, Quimigal, Cervejas, etc.) estariam hoje tão envolvidas e penduradas no Estado como estão, apenas não podendo ser o óptimo alibi político que têm sido para governos de todas as cores. É que se há coisa que, de facto, não mudou foi a estrutura económica portuguesa — nem sequer tendo havido capacidade para a posicionar de forma mais favorável na divisão internacional do trabalho (é essa mesma a função de qualquer estado capitalista).

Mudando para o campo cultural, julgo estar-se noutro domínio em que o 25 de Abril veio a ser sobretudo um poderoso acelerador de mudanças em todo o caso inevitáveis a prazo. A abertura cultural e a "liberalização dos costumes" desmultiplicam-se em variadíssimos aspectos: o muito maior contacto cultural cidade-campo, a descentralização das iniciativas, a "maioridade civil" das mulheres em muitos aspectos (tantas vezes mais legais que reais), as atitudes face à sexualidade e, de um modo geral, às relações entre sexos, a desmistificação das (e a desinibição face às) "autoridades" (familiares, patronais, policiais, educativas, etc.) são apenas alguns exemplos. Os anos de 74-75, em que felizmente se admitia que tudo era possível, deixaram também aqui profundas marcas, e creio não exagerar se disser que boa parte delas são irreversíveis: a memória desses anos está longe de ser apenas saudosa ou folclórica, pois é também, para muitos, a memória interiorizada de um desejo de participação, de criação, de acção colectiva. Enfim, dois aspectos a não esquecer do 25 de Abril: a perda de poder e influência política dos dois grandes corpos institucionais que suportaram o regime anterior — as forças armadas e a igreja. Não se poderá dizer que são irreversíveis e, pelo contrário, assiste-se a um paciente esforço de recuperação num caso e noutro. Mas, sobretudo no caso das forças armadas, sem novas guerras à vista e tendo sido, mais do que qualquer outra instituição, atravessada pela intensa luta política de 1974-75, é difícil que a médio prazo voltem a ser o corpo abúlico e disciplinado que são, mesmo nas mais "avançadas" democracias: quanto mais politizadas, menos poder político têm enquanto instituição. Isso o devemos também, e também não é pouco, ao 25 de Abril.

nquerito • inquerito • inquerito • inquê



RUI NAMORADO:
SOBRE ABRIL,
RESPONDER
PERGUNTANDO

1. O 25 de Abril foi há dez anos. A 1.ª República durou poucos mais, num outro tempo menos vertiginoso. Aconteça o que acontecer, Abril já não poderá ser reduzido a uma democracia passageira, nem a um curto intervalo num percurso autoritário.

Foram dez anos, depois de um Estado Novo nascido velho e envelhecendo durante mais quarenta e oito. Quase meio século de silêncios e de renúncias, com uma cortina passadista a isolar-nos do mundo, a cearear-nos, a produzir dia a dia um deserto no centro da própria esperança; quase meio século de ditadura reaccionária desmoronou-se em Abril. Foi como se só então tivéssemos verdadeiramente nascido.

Mas se os de Abril nasceram então, os outros foi como se acabassem. Fantasmas desse tempo perdido vêm arrastando a sombra do passado, ao longo destes anos. Poucos dentre eles ostentam o verdadeiro rosto, muitos são os que dissimuladamente procuram entrar em Abril para o corroer por dentro.

Dez anos, tempo redondo a pedir comemoração. Fizeram-se várias. Houve as tumulares, oficiais, envoltas em pompa, marcialmente esterilizadas em paradas militares, ponteadas por discursos duma retórica descarnada, vazias, hipócritas. Erguidas com a vã esperança de reduzirem a legenda dos militares de Abril, sôfregas na pacóvia estratégia de reembarçar a imagem pública de um poder degradado.

Houve as outras, diversas, informais, dispersas, mas vivas, com gente, com calor humano, com entusiasmo, com esperança apesar de tudo, com povo, ao fim e ao cabo.

Os senhores do momento quiseram exilar Abril de si próprio, mas ficaram enredados no eco das suas vozes em salas quase vazias, em cerimónias mornas, transidas; personagens de um drama que subitamente as surpreendeu e aniquilou.

Dez anos já (ou só?) — como estamos (ainda?) longe do que se esperou que Abril fosse: quanto falta para termos o corpo completo deste tempo novo!

E, no entanto, no próprio cerne das dificuldades, ei-lo aberto ao futuro, quando teria sido compreensível que tivesse perecido no mar das desilusões. Interrogarmo-nos sobre este aparente paradoxo pode ser ponto de partida para vermos a raiz da incompletude da revolução, da mudança. É estranho como em nós se mistura o sentimento de que tudo se pode ainda esperar, com o de que muitas são as ruínas que se geraram.

2. Com o espanto que me não assusta, vem-me a vontade de ir à deriva por entre temores e projectos, dúvidas e convicções, talvez banais, mas que são afinal a carne viva destes dez anos.

Penso nas esquerdas que estiveram no (ou foram o) centro da tempestade. Uma tempestade criadora onde nasceu um país ou renasceu na sua verdadeira história, escapando das fábulas que o reduziam e caricaturavam.

Penso nas esquerdas rasgadas por dificuldades dramáticas, mas que eu sinto como quase naturais, históricas. Existiram elas alguma vez de outra maneira? Penso nas diferenças que entre elas se agravam, até ser legítimo duvidar que uma única palavra as possa designar a todas.

Abril levou ao rubro essas diferenças, agudizou-as, tornou-as dilacerantes. Um pesado capital de ameaças, desconfianças e receios mútuos foi-se acumulando. Entre si e em si, as esquerdas transportam fundas cicatrizes.

Abril foi espaço de sonho, mas também trágica limitação dos possíveis, realidade social opaca, difícil de moldar pelo entusiasmo, resistente à transformação. As esquerdas vicejaram em Abril; as esquerdas naufragaram em Abril. Foram poder parcialmente, cruzadamente, contraditoriamente, nos anos da grande fusão e nos anos da estabilização. Foram poder e oposição, desencontradamente. Já no próprio tempo de Abril tiveram que ser resistência aos ventos do regresso. O dia a dia destes anos, o cinzento deste quotidiano tem também a sua marca. É certo que com a esperança que persiste sucede o mesmo. O terreno é movediço, o horizonte incerto, as ilusões tentadoras.

Uma parte das esquerdas, julgando-se subtil, mistura-se com o adversário, com o passado, cede-lhe, pensando que lhe anestesias as reacções e o converte à dinâmica de Abril. Outra parte das esquerdas, diagnosticando catástrofes iminentes, refugia-se em velhos mitos, tempera o aço das velhas armaduras ideológicas, forma um quadrado de resistência disposto a todas as contrariedades: sabendo-se acossada hoje, julga que, de qualquer maneira, os amanhã contarão...

Os primeiros ganham assim uma solidez aparente no poder formal a que ascendem, distanciando-se todavia, cada vez mais, da efectividade do poder, perdendo a própria identidade, afundando Abril.

Os segundos encerram-se na sua razão, entrin-